

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Ato nº 226 de 27 de maio de 2013.

**A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, anexo I, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, referente ao período de maio/2012 a abril/2013, para divulgação e conhecimento público.**

MARIA ROSELI MENDES ALENCAR
Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 a ABRIL/2013

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		Total (c) = (a) + (b)
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)	
DESPESA COM PESSOAL			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	240.546,61	12,45	240.559,06
Pessoal Ativo	174.022,01	12,45	174.034,46
Pessoal Inativo e Pensionistas	66.524,60	-	66.524,60
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	66.449,77	-	66.449,77
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	12,30	-	12,30
Despesas de Exercícios Anteriores	5.799,37	-	5.799,37
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	60.638,10	-	60.638,10
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	174.096,84	12,45	174.109,29

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			621.158.840,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,028028%	0,000002%	0,028030%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 0,076928%			477.845,07
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) – 0,073082%			453.952,82
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 0,069235%			430.060,57

FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região-15/mai/13
– 15h 13min

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.
- Os gastos em 2012 com auxílio natalidade (R\$ 11.826,48) e auxílio funeral de R\$ 50.528,14, classificados como Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídos da apuração deste RGF, conforme Acórdão TCU nº 894/2012.
- Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 445.048,06 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 3.344.270,94 (R\$ 38.527,94 cancelado em 2013), totalizando R\$ 3.789.319,00 de despesa empenhada;
- Despesa com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa empenhada/liquidada R\$ 59.048,62;
- Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 1.200.693,06 e Despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 4.155.686,94 totalizando R\$ 5.356.380,00 de despesa empenhada..
- As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

Fortaleza, 27 de maio de 2013.

MARIA ROSELI MENDES ALENCAR

Desembargadora Presidente do Tribunal

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora Geral-Ordenadora de Despesa

JOSÉ TEIXEIRA NETO
Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

RICARDO DOMINGUES DA SILVA
Secretário de Controle Interno